

Arqueologia e Estudos Brasileiros: Passado e Presente

Diogo Menezes Costa

Renata de Godoy

Fazer arqueologia em um país continental como o Brasil é um desafio. Lidar com a pretensa falta de monumentalidade do patrimônio arqueológico brasileiro é outro desafio. Nenhum deles se equipara ao imenso potencial científico a ser explorado em terras brasileiras, nem à determinação e à coragem de arqueólogas e arqueólogos que há algumas décadas estão no *fio da navalha* (Andrade Lima, 2007).

Há muitas perguntas quando falamos de uma arqueologia brasileira. Afinal, o que é mesmo isso? Qual a definição de sítio arqueológico? E por que fazer? O estereótipo de quem “gosta de passado é museu” também tem forte ressonância para o público em relação à arqueologia. Sim, é uma ciência social que se dedica ao estudo do passado, usando como suporte principal a cultura material dele oriunda. Mas é também uma prática profissional que tem se dedicado cada vez mais a solucionar questões atuais, a compreender o presente. O sítio arqueológico, que no imaginário de tantos é aquele lugar distante e misterioso, pode estar no seu quintal. Está em todo lugar por onde a gente anda, porque ele é produto de povos do passado, e de nós mesmos no presente. Cultura material é todo o universo de objetos, paisagens, edificações, que nós mesmos produzimos ao longo do tempo. Não por acaso, academicamente, muitos classificam como um ramo da antropologia; definição que não é unânime nem no Brasil nem no debate acadêmico internacional.

A arqueologia também é cultura pop (Holtorf, 2007). É retratada em *blockbusters* do cinema mundial. Personagens como Indiana Jones e Lara Croft deram visibilidade a uma prática profissional que, para tristeza de muitos, não é tão aventureira como pode parecer. Não estamos atrás de tesouros, nem somos treinados para lidar com chicotes. A verdade é que a arqueologia se faz em equipe, idealmente interdisciplinar, e envolve conhecimentos de geologia, biologia, tecnologia, entre outras áreas de conhecimento. Envolve também um volume de financiamento que muitas vezes implica a participação do setor público. Os conflitos entre pesquisadores e os “nativos”, retratados como vilões na maioria dos filmes, existem, mas envolvem questões muito mais mundanas e pouco discutidas, como a presença de pessoas estranhas em lugares distantes e o impacto que isso acarreta para o cotidiano delas (Green, Green e Neves, 2011). Envolve revirar estórias e histórias que muitos

preferem esquecer (Costa, 2014). É uma relação de poder, que as novas gerações buscam romper através de abordagens decoloniais, vide a arqueologia simétrica que coloca cientistas e não-cientistas como iguais na interpretação e na gestão de um passado que tem sim dono (Cabral, 2014).

Na prática, fazer arqueologia num país continental, em desenvolvimento, que detém em seu território a maior floresta tropical do planeta, é desafio para heróis sim. Heróis da vida real, que se colocam em risco em meio a disputas políticas que efetivamente decidem os rumos da preservação do nosso patrimônio (Andrade Lima, 2017). Desde os anos 1980, por pressão internacional, a arqueologia tem sido incluída em estudos de impacto ambiental no Brasil. Duas décadas depois, em meio a projetos de aceleração de crescimento nos anos 2000, a demanda por arqueólogas e arqueólogos capacitados acompanha o ritmo da economia nacional, que hoje enfraquecida também reflete no nosso mercado de trabalho.

Temos no Brasil três bens arqueológicos considerados Patrimônios Culturais Mundiais pela UNESCO: as ruínas das Missões Jesuíticas Guarani (São Miguel das Missões), reconhecido em 1983; o Parque Nacional da Serra da Capivara, reconhecido em 1991; e o sítio arqueológico Cais do Valongo, reconhecido em 2017. O que demonstra que nosso passado também pode ser “monumental”, excepcional e significativo para além de nossas fronteiras.

Em termos de formação de recursos humanos, que no início dependia da iniciativa de equipes estrangeiras vindas da Europa e dos EUA, hoje acontece em cursos de graduação e de pós-graduação distribuídos nas cinco regiões do país. Em contrapartida, o Distrito Federal permanece de fora desta equação, na medida em que não abriga museu ou curso direcionado à arqueologia, e depende de instituições vizinhas para salvar coleções que de lá saíram (Godoy e Santos, 2017). É simbólico constatar que em Brasília o passado (ainda) não tem lugar. Ao menos esse passado que dependeria da participação da arqueologia.

E, afinal, por que fazer arqueologia no Brasil? Isso não é questão em países cujo patrimônio salta aos olhos, cujas ruínas são tão perceptíveis a ponto de serem consumidas pelo turismo. Não temos pirâmides, nem cidades mitológicas perdidas, para tristeza de muitos entusiastas cada vez mais ativos na internet. O que temos, e isso nossa qualidade etnocêntrica enquanto humanos nos dificulta perceber, é um passado e um presente carregado de significados e monumentalidades que ainda precisam de uma lupa para serem vistos e consumidos. Através da arqueologia é possível questionar pressupostos racistas e discriminatórios sobre os povos originários que sabiam manejar o ambiente como hoje ainda não conseguimos; sobre povos africanos que foram trazidos para as Américas à força; e

sobre nós mesmos como brasileiros. Foi através da arqueologia que se derrubou o mito de que a floresta não era ambiente propício para desenvolvimento de “civilizações”. É através da arqueologia que lugares reaparecem, depois de sumariamente destruídos, para se enquadrar uma memória sensível que traz à tona o passado violento da escravidão. É a arqueologia que tem dado respostas a muitos vivos que procuram seus mortos das ditaduras latino-americanas (Salerno e Zarankin, 2016). Entender como o passado é manipulado, consumido, ressignificado, é também entender sobre nós mesmos.

Portanto, apesar desta alegada falta de monumentalidade do patrimônio arqueológico no Brasil, a disciplina experimentou um crescimento profissional exponencial nas últimas décadas. Desde o início de sua prática profissional, em meados do século XX, apoiada por equipes internacionais que realizam pesquisa e treinamento de recursos humanos locais, até o curso pioneiro de ensino superior que formou a primeira geração de arqueólogos (das décadas de 1970 a 1990), aos atuais 16 cursos de graduação em cada região do país. Além disso, a pós-graduação brasileira em arqueologia também é realizada em 10 cursos de mestrado e em outros sete cursos de doutorado em todo o país. Paralelamente à formação acadêmica, a arqueologia no Brasil também recebeu um impulso pelas leis ambientais nos anos 1980, culminando seu aumento exponencial com a Constituição de 1988. Até hoje, apesar da insegurança política da última década, os arqueólogos comemoram a recente promulgação da lei de regulamentação da profissão em 2018.

Desta forma, o dossiê “Arqueologia e Estudos Brasileiros: Passado e Presente” nasce com a intenção de levar a arqueologia para além do seu público usual. Aqui reunidos estão textos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que dedicam suas vidas a compreensão do patrimônio cultural na academia ou através de licenciamento. Ampliando os limites acadêmicos e profissionais com 11 textos que mostram um panorama amplo ao representar diversas regiões do país, e que versam sobre problemáticas que vão desde o passado remoto até os nossos dias atuais. Contamos com avaliações de peso, de pareceristas que em meio à crise sanitária dispuseram tempo e conhecimento para construir um volume especialmente dedicado a mostrar as contribuições da arqueologia aos estudos brasileiros, criando um diálogo interdisciplinar entre Arqueologia, Antropologia, Museologia e Arquitetura. O volume é resultado de um esforço coletivo, que uniu gerações em torno de um dilema urgente, que é dar mais visibilidade uma prática profissional que ainda poucos conhecem.

O primeiro artigo “A estatueta do pé-na-boca e a construção do discurso a partir da cultura material”, de Daiana Travasso Alves, analisa as diversas apropriações que um mesmo artefato do passado pré-colonial amazônico recebeu ao longo do tempo por diferentes públicos, sejam estes acadêmicos ou não (o artigo percorre várias fontes que

incluem estudos científicos, reportagens na mídia impressa e televisa, até postagens em redes sociais). O segundo artigo – “O Mundo da Anaconda: o mito da canoa-cobra e sua relação com as aldeias de palafitas da Amazônia Oriental”, de Alexandre Navarro, – é uma compilação de narrativas sobre a Anaconda, ou o grande rio-cobra que cobre toda a Amazônia. O texto traz desde estudos etnográficos sobre as populações que habitavam nas suas margens, até dados arqueológicos dos solos de onde brotam cacos de cerâmicas atualmente. O terceiro artigo – “Arqueologia e histórias de vida: uma experiência com os Tupinambá de Belmonte, BA”, de Lorena Gomes Garcia, – é um estudo êmico sobre uma urna funerária indígena. Por meio de uma arqueologia etnográfica, o artigo explora como os anseios da comunidade nativa são externalizados e concretizados, e como a sensibilidade da pesquisadora adquire um papel fundamental nestas relações.

O quarto artigo – “Ancestralidades reveladas: uma análise das pesquisas relacionadas a Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil”, de Flávia Cristina Costa Vieira, – é uma reflexão, do ponto de vista antropológico, sobre o fazer arqueológico que discute a presença da negritude na ciência brasileira. O texto é uma revisão bibliográfica que aborda trabalhos em arqueologia afro-diaspórica no Brasil desde o século XIX. O trabalho também valoriza a participação do movimento negro e ações institucionais como do IPHAN e da UNESCO na construção deste conhecimento. O quinto artigo – “Fontes d’água: Sítios históricos para pensar sobre o processo de formação do atual núcleo de moradia da comunidade quilombola de Galeão, Cairu (BA)”, de Fabio Guaraldo Almeida e Sílvio Campos, – discute a divisão sincrética e sincrônica da sociedade brasileira desde o pós-abolição, por meio de um estudo que aborda a água como documento arqueológico que pode ser lido e escutado nas sociedades quilombolas antigas e atuais.

O sexto artigo – “Mudanças necropolíticas e estratégias repressivas em uma frente de expansão capitalista amazônica: Xambioá, Tocantins, Brasil”, de Rafael de Abreu e Souza, – é uma análise arqueo-urbana sobre o sistema de repressão durante a ditadura brasileira. O artigo analisa a estruturação de limites materiais que estabeleceram o controle e impuseram o silêncio no contexto do conflito contra a guerrilha. O sétimo artigo – “O Espaço Urbano na Amazônia como Campo de Aplicação de Forças Diversas: a Governança Municipal e a Participação Popular no Centro Histórico de Belém”, de Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo, – é uma pesquisa sobre o centro histórico da capital do Pará, e como as políticas públicas do Estado interferem em diversos níveis na relação cotidiana entre as pessoas e os seus patrimônios, frequentemente apontando para a privatização e mercantilização do espaço público. O oitavo artigo – “Arqueologia urbana: cultura material, patrimônio e história na cidade de Belém-PA”, de Luciana Cristina de Oliveira Azulai, – é um estudo

arqueológico do espaço construído e a materialidade recuperada no meio urbano de uma capital na Amazônia.

O nono artigo – “Arqueologia, processos de musealização e representação no Brasil: enredos da colonialidade, fissuras e contranarrativas”, de Camila Azevedo Moraes-Wichers, – é um trabalho sobre as práticas documentais e imagéticas em coleções. O passado remoto concreto e o imaginário contemporâneo são o objeto estudado, em perpendicularidade com as aspirações públicas mantidas por uma visão colonialista e enviesada da arqueologia. O décimo artigo – “Por uma arqueologia da borracha”, de Tiago Muniz, – é uma proposta de estudo sobre a borracha na Amazônia, por meio de uma abordagem arqueológica, histórica e contemporânea. Esticando o conceito de modernidade para além do humano, o texto historiciza a discussão entre o local e global e propõe a materialidade ontológica da borracha como um fator fundamental. O décimo primeiro artigo – “Campos de atuação e os desafios da arqueologia empresarial no Brasil”, de Clarisse Callegari Jacques, – é um relato sobre o cotidiano de profissionais da arqueologia que trabalham para mitigar os impactos sobre o patrimônio cultural material em obras no país. Nele, discute-se desde os diversos campos de atuação, até o compromisso ético destes profissionais.

É com o objetivo de divulgar uma amostra das diversas abordagens desenvolvidas pelas recentes pesquisa envolvendo arqueologia no território brasileiro, que o dossiê “Arqueologia e Estudos Brasileiros: Passado e Presente” é publicado neste número da *Brasiliانا: Journal of Brazilian Studies*, dando continuidade ao caráter interdisciplinar e inovador de uma revista acadêmica que explora a diversidade de temas que interessam aos estudos brasileiros para além de um caráter nacional. De ancestralidades remotas às sociedades atuais, do espaço urbano e rural às instituições de guarda, do impacto da mitigação à ação governamental, e do transhumanismo ao futuro digital, arqueólogas e arqueólogos que trabalham com a arqueologia no Brasil aumentaram significativamente em quantidade e qualidade as suas pesquisas. São pesquisadores que colaboraram com trabalhos inéditos e relacionados ao patrimônio arqueológico no Brasil tendo como compromisso um diálogo com leitores de outras disciplinas que muitas vezes não têm contato com o amplo aspecto da arqueologia que vem se desenvolvendo nas últimas décadas. Desejamos a todos uma boa leitura.

Bibliografia

Andrade Lima, Tania. (2017) O Licenciamento Ambiental no IPHAN: o socioambiente em questão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 35, pp. 285-320.

- Andrade Lima, Tania. (2007) A Arqueologia na Construção da Identidade Nacional: uma disciplina no fio da navalha. *Canindé*, 10, pp. 11-26.
- Cabral, Mariana. (2014) De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. *Amazônica Revista de Antropologia*, 6(2), pp. 314-331.
- Costa, Diogo Menezes. (2014) Lembrando e esquecendo as Lavras do Abade: memórias de um sítio arqueológico histórico. *Teoria e Sociedade*, Número Especial: Antropologias e Arqueologias, hoje, pp. 284-306.
- Godoy, Renata de, and Emilly Cristine Barbosa dos Santos. (2017) Restituição de acervos arqueológicos: novas soluções ou antigos problemas? *Revista de Arqueologia Pública* 11(2), pp. 98-113.
- Green, Lesley, David R. Green, e Eduardo Góes Neves. (2011) Indigenous Knowledge and Archaeological Science: the challenges of public archaeology in the Área Indígena do Uaçá, in C. Gnecco and P. Ayala (eds). *Indigenous Peoples and Archaeology in Latin America*. Walnut Creek: Left Coast Press, pp. 179-200.
- Holroft, Cornelius. (2007) *Archaeology is a Brand! The meaning of archaeology in Contemporary Popular Culture*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- Salerno, Melissa, and Andrés Zarankin. (2016) Consolidar o realizado; ir pelo que falta: Arqueologia das ditaduras militares na América do Sul. *Revista de Arqueologia Pública*, 9(4[14]), pp. 76-98.